
SEXUALIDADE FEMININA: UMA NOVA PERSPECTIVA

FEMALE SEXUALITY: a new perspective

Caliane Oliveira Estevam⁵⁰
Marli Machado de Lima⁵¹

RESUMO:

Este artigo é o resultado da análise vivencial sob a perspectiva da psicologia para a compreensão da sexualidade feminina e suas disfunções psicológicas. Nas últimas décadas, a vida sexual das mulheres tem registrado mudanças significativas, acompanhadas de novas perspectivas para a compreensão da sexualidade feminina. Este estudo oferece uma reflexão sobre a sexualidade feminina, envolvendo aspectos sociais, culturais, psicológicos, sentimentos e emoções no conjunto sociocultural em que a mulher se encontra. Trata-se de um estudo baseado em relatos de mulheres, coletadas no período de 6 meses, cuja os dados foram obtidos em uma clínica de psicologia de uma faculdade na cidade de Londrina, sendo o público alvo mulheres com idades entre 18 e 27 anos. Ainda, o estudo busca alinhar o conhecimento teórico científico de maneira prática. Neste sentido, os levantamentos bibliográficos foram realizados durante o processo de construção e levantamento dos dados, sendo um importante instrumento para agregar conhecimentos e despertar para um refletir sobre o profissional psicólogo, atuando com a mulher e suas questões sexuais.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher; Representações Sexuais; Sexualidade.

ABSTRACT:

This article is the result of experiential analysis from the perspective of psychology to the understanding of female sexuality and its psychological disorders. In recent decades, the sex life of women have recorded significant changes, accompanied by new perspectives for the understanding of female sexuality. This study offers a reflection on female sexuality, involving social, cultural, psychological, feelings and emotions in the sociocultural set in which the woman is. This is a study based on reports of women collected within 6 months whose data were obtained in a psychology clinic at a college in the city of Londrina, with the target group women aged 18 to 27 years. Still, the study seeks to outline the scientific theoretical knowledge in a practical way. In this sense, literature surveys were conducted during the process of construction and survey data, and an important tool to aggregate knowledge and wake up to a reflection on the professional psychologist, working with women and their sexual issues.

KEYWORDS: Women; Social Representations; Sexuality.

117

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos pode-se verificar diversas alterações em relação à educação sexual das mulheres, obedecendo a determinados padrões em cada época. Mais recentemente, com a transformação do matriarcado para o patriarcado e da supremacia da igreja, as principais mudanças correram, sobretudo, no que diz respeito à mulher e a sua sexualidade, em que houve uma interdição da sexualidade feminina. Neste sentido, tal interdição impôs uma série de restrições ao desfrute do prazer sexual e a mulher passou a ser relacionada somente às necessidades de procriação.

O desenvolvimento das vivências no campo de estágio com este enfoque justifica-se pela escolha importância de se discutir e desmitificar os diversos aspectos que envolvem a sexualidade da mulher e ainda abrir a possibilidade de trocas de experiências proporcionadas pelo grupo de discussão. É possível perceber os diversos meandros biopsicossociais que envolvem esta temática fazendo com que haja uma flexão crítica acerca deste assunto.

Neste sentido, o público alvo das vivências de estágio é composto por mulheres

50 Estudante do 9º. Período do curso de Psicologia – Faculdade Pitágoras de Londrina. E-mail: kali.stevam@gmail.com.

51 Mestre em Psicologia pela PUC/SP e Mestrado em Psicologia pela UNESP/SP.

entre dezoito e vinte e sete anos de idade, coletados em uma Faculdade de Ensino Superior, em Londrina/PR. Para que a prática em campo fosse orientada de maneira correta, a mesma foi baseada em conceitos teóricos que foram aplicados durante as vivências em campo, possibilitando uns resultados satisfatórios para todos os envolvidos neste processo.

Sendo assim, o processo deste estudo demonstra a grande relevância para as mulheres que participara, bem como para os pesquisadores. Para os primeiros, permitiu uma discussão em profundidade de aspectos relacionados à sexualidade feminina. Para os pesquisadores, a proposta destas intervenções contribuiu para estabelecer, por meio da prática, o conhecimento sobre a realidade deste público alvo, oferecendo subsídios para a formação acadêmica.

Este trabalho apresenta-se como um estudo das vivências proporcionadas pela disciplina de Estágio Supervisionado em Psicodrama aplicado em Sexualidade Feminina. Nele estão inseridas as abordagens teóricas que fundamentaram a minha prática junto às mulheres, assim como o relato das atividades desenvolvidas na disciplina, fruto do trabalho desenvolvido.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓICA

2.1 Conceituando Gênero

A mulher ganhou uma nova configuração em seu papel social e, de acordo com Scott (1990), foi somente a partir do conceito de gênero que se explica o comportamento de homens e mulheres nos dias atuais, o que, para compreender os problemas enfrentados pelas mulheres, antes faz-se necessário que o conceito de gênero seja compreendido, entendendo as diferenças entre os sexos.

A partir do momento em que os seres humanos referem-se ao sexo a si próprios em seus aspectos físicos biológicos do macho ou da fêmea, verifica-se que as diferenças corporais existentes não mudam, vão apenas se modificando ao longo de suas vidas. (SAFFIOTI, 1992).

O conceito de gênero é algo constitutivo e está polido nas relações sociais que são notadas a partir das diferenças existentes entre o homem e a mulher, o que faz do gênero uma maneira primária de dar significados às relações de poder entre os sexos. (KLEBA; APARECIDA, 2005).

De acordo com Teles e Melo (2003), o conceito de gênero masculino e feminino ainda estabelece nas sociedades diferentes valores e são considerados como opostos. Desta forma, afirma que o masculino é considerado como o que tem mais valor na sociedade, imprimindo uma distribuição desigual de poder social de autoridade, em função das diferenças entre os sexos. Assim, o poder do homem sobrepõe-se à mulher, impondo o uso de sua força.

Kleba e Aparecida (2005) afirmam que o gênero refere-se às pessoas e suas relações enquanto seres humanos, as quais são estabelecidas entre homens e mulheres pela própria sociedade que acaba por construir as relações de gênero. Como resultado disto, têm-se as desigualdades ancorando-se no poder sobreposto do homem à mulher e, concomitantemente, fazendo-o mais importante e respeitado na sociedade em relação à mulher.

2.2 Mulher nos dias atuais

A valorização da mulher, enquanto ser humano e cidadã com responsabilidades e direitos sociais, é destacável e, neste sentido, é importante discutir a implementação dos direitos estabelecidos ao longo dos anos, em que o controle social torna-se um instrumento importante de validação de políticas públicas voltadas a este público.

Ainda no início da década de 1980, importantes transformações no contexto nacional, mudanças que ocorreram com a participação de diversos atores, tendo como referência a construção ou reformulação das políticas públicas. A princípio, foi enfatizada a democratização dos processos decisórios e dos resultados das políticas públicas, reivindicando-se a ruptura da então conjuntura de tomadas de decisão para o desenvolvimento das políticas públicas, o qual deveria ser representado por diversos atores sociais, entre eles a classe feminina (FARAH, 2001).

A partir deste momento, verifica-se que diversos dispositivos na vida das mulheres mudaram com as políticas públicas que viram como vitória. Diferentemente de outras gerações, as mulheres têm o direito de ir e vir, ao voto, a dirigir, a trabalhar fora do lar, dentre outros. Antes das conquistas de gênero, a mulher via-se num papel de submissão ao seu marido, em que deveria pedir autorização para trabalhar, por exemplo. Hoje em dia, seus direitos são resguardados por lei e ela não necessita pedir autorização ao pai ou marido para realizar suas vontades e desejos, tudo isso garantido após um longo período de luta pelos direitos pelas mulheres. (PEREIRA, 2011). Neste diapasão, Dias (2010) afirma que somente quando a sociedade entender que a igualdade é respeito à diferença, homens e mulheres serão iguais. Completa dizendo que somente desta forma a sociedade estará liberta, pois a igualdade é um pressuposto de liberdade.

Assim, a modernização imperativa do feminino, extraídas do movimento intelectual feminista, leva a mulher a intimidar as instituições que sonegaram a sua relevância histórica, produzida para mantê-la de fora das estruturas de poder.

Para Santos, Jacob e Santiago (2008), as mulheres estão inseridas em quase todos os postos de trabalho, exercendo atividades como empresárias, bancárias, domésticas, engenheiras, arquitetas, dentre outras. Por este motivo, defendem que homens e mulheres podem exercer suas atividades tendo uma igualdade de direitos. Entretanto, esta não é a realidade observada, visto que há mulheres, nos dias atuais, que estão centradas em algumas profissões que pagam salários inferiores aos dos homes, e ainda em condições precárias de trabalho.

Conforme cita Dias (2010):

A mulher deixou de ser considerada o sexo frágil, cuja virgindade era o símbolo de sua castidade, atributo que lhe assegurava a qualidade de pureza e honradez. Não mais é tida como a rainha do lar, responsável pela harmonia da família, tendo por único ponto de realização as tarefas domésticas de cuidado do marido, da casa e dos filhos. (p. 01).

Brazão e Oliveira (2010) afirmam que houve uma mudança de conjuntura na figura da mulher expressa em programas televisivos. Em menos de vinte anos, a mulher ganhou um novo papel nesses programas; o que antes era submissão, passou a exercer poder, saiu de papéis pequenos e que diminuam à imagem da mulher e ganhou destaque.

Seu corpo passou a ser utilizado para o entretenimento e propagandas comerciais. Os autores ainda afirmam que as mulheres passaram a exercer atividades que eram tidas como exclusivas para os homens.

Brasil (2004) salienta que:

O aumento da escolaridade feminina foi uma conquista das mulheres, que ao longo de todo o século XX se empenharam para ter acesso às escolas e universidades. Ao analisar o acesso das mulheres à educação verifica-se que, diferentemente de outros países em desenvolvimento, de maneira geral, no Brasil, as mulheres estão em igualdade de condições em relação aos homens ou apresentam níveis de escolaridades superiores. A tabela abaixo mostra que a maior parte das matrículas, em quase todos os níveis de ensino, em particular nos níveis médio e superior, é de mulheres. (p. 51).

A mulher atual sabe que ainda tem muito para ser conquistado. Apesar disto, os dados obtidos pelo IBGE (2010), que são atualizados a cada dez anos, são promissores em relação as diferenças de gêneros, ainda que apresentem ressalvas. O índice de mulheres que trabalham com carteira assinada subiu de 32,7% em 2000 para 39,8% em 2010 entre as trabalhadoras. No caso das pessoas de sexo masculino, esse crescimento foi mais acentuado: de 36,5% para 46,5%.

O Instituto, com base em dados coletados no Censo 2010, verificou que a proporção de famílias que tinham a mulher como responsável foi de 37,3% em 2010. Em 2000, esse percentual era 22,2%.

Diante destas informações, nota-se que a mulher conquistou bastante espaço no mercado de trabalho, aumentando sua independência em relação ao passado, pois passou assumir papéis importantes na sociedade e na família, justificados pelo acesso às frentes de trabalho e a busca pelos direitos de cidadania.

Além disto, parece intuitivo entender que existe uma dominação feminina em curso dentro de um processo histórico recente, e de forma crescente, sem apresentar resultados concretos, legitimados por teorias famosas oriundas de pesquisas sociológicas, psicológicas e históricas, fundamentadas pela razão do ser feminino. Produto dessa contração, o ser feminino é um ser combinado que busca, na diminuição das barreiras, sair das fronteiras marginais da luta pelo poder, sabendo lidar com as circunstâncias a que estão expostas.

O discurso “mulher moderna” sugere uma mulher livre do homem, que não o aceita como um ditador. Além disso, o discurso promove o domínio e o governo do seu corpo, podendo retardar a chegada do filho e ter direito ao prazer. A “mulher moderna” clamada pelo movimento feminista é mais do que isso: é uma mulher que deve trabalhar, lutar pela paridade entre os gêneros e por salários iguais; que sabe equilibrar as funções de mãe e esposa com as de educação e trabalho. A “mulher moderna” é uma combinação decalcada da antiga com a luta atual da nova supremacia feminina.

2.3 Evolução Sexual Feminina

No embalo do movimento, a luta por direitos iguais no campo profissional e jurídico, levou as mulheres da classe média a considerar o direito sexual como mais um elemento da pauta: a chamada “revolução” sexual. Genericamente, tratava-se de uma

liberdade sexual deferindo o direito ao prazer da mesma maneira que o homem o possui. Mary Del Priori argumenta que

A liberação significou a busca de realização no plano pessoal e a consciência de que “problemas sexuais” não teriam lugar num mundo “normal”. Ao defender a ideia do “direito ao prazer”, os pais da época fabricaram um tipo de sofrimento: o que nascia da ausência do prazer. Ao mesmo tempo, tinha início a democratização da beleza – graças à multiplicação de produtos, academias de *body building* consultórios de cirurgia plástica, etc. –, fato que tanto levou à busca do bem-estar quanto às tensões e frustrações por não o encontrar. Junto, mas, lentamente, forjava-se a intolerância à doença, à fragilização dos corpos e ao envelhecimento. Sexualidade em dia e saúde davam-se as mãos. O “direito ao prazer” tornou-se norma. E norma cada vez mais interiorizada. Apenas conformando-se a essa regra seria possível sentir-se feliz, alegre e saudável. (DEL PRIORI, 2011; p. 175).

Diante disso, a mulher poderia decidir sobre si mesma e, principalmente, sobre o uso do seu corpo como uma regra ao ser feminino. O direito ao prazer reivindica o desejo sexual e ao mesmo tempo anestesia a exclusiva função de ser mulher para ser mãe, na medida em que a pílula anticoncepcional aparece como solução à gravidez e continuidade da prole do marido, dissociando o prazer da fecundação.

Nessa história, um novo ato abriu-se com o desembarque da pílula anticoncepcional no Brasil. Livres da sífilis e ainda longe da aids, os jovens podiam experimentar de tudo. O rock and roll, feito sobre e para adolescentes, introduzia a agenda dos tempos: férias, escola, carros, velocidade e, o mais importante, amor! A batida pesada, a sonoridade e as letras indicavam a rebeldia frente aos valores e à autoridade do mundo adulto. Um desejo sem limite de experimentar a vida hippie e os cabelos compridos se estabeleciam entre nós. As músicas dos Stones e Bob Dylan exportavam, mundo afora, a ideia de paz, sexo livre e drogas como libertação da mente. (DEL PRIORI, 2011; p. 175).

Somando outras transformações políticas e sociais, essa nova conduta começava a dar os primeiros sinais de autonomia feminina seguido pelos passos do movimento feminista e por uma mudança pragmática dos papéis sociais da mulher. Del Priori dispara, entendendo que se tratava do “início do direito ao prazer para todos, sem que as mulheres fossem penalizadas ao manifestar seu interesse por alguém”. (DEL PRIORI, 2011; p. 177).

Se articula uma nova relação da mulher entre a família, as normas sociais e ao marido, quando a mesma pode, agora, desobedecer às imposições que lhes eram expressas. A pílula anticoncepcional foi aceita por homens e mulheres pela comodidade e confiança que ela oferecia, favorecendo a libertação sexual da mulher. Além disso, a liberdade de escolher quando engravidar lhe proporcionou um tempo maior para dedicar-se a si mesma, abrindo um leque de atividades como trabalho, estudo, cuidados estéticos com o corpo, se relacionar com novos amigos e outros lugares, sem haver a obrigação plena de estar presente ao marido e filhos. (ALEMBERT, 1986; p. 112).

De certa forma, o envolvimento do movimento feminista nesta plataforma da autonomia feminina “iluminava” a rede de dominação na qual a mulher estava inserida e que ia além da exploração social, moral, do trabalho e da educação, mas também da posse sobre seu corpo; e que a maneira de contestar e resistir sobre o exercício de poder era assumindo consciência sobre o direito do próprio corpo, após compreender que:

A apropriação do corpo da mulher, no espaço familiar e afetivo tanto quanto

no espaço do trabalho e das demais relações sociais, era denunciada como a primeira forma de expropriação e violência vivida pelas mulheres (implicando, em inúmeros casos, em aprisionamento familiar, humilhações, espancamentos, estupro e morte). O direito ao controle do próprio corpo implicava no direito de gerir a própria vida (ZIRBEL, 2007).

Quando se fala em sexualidade feminina, verifica-se que as mulheres vêm, ao longo anos, revelando as próprias atitudes no meio social. São mulheres que cada vez mais vêm dedicando-se e questionando os motivos da submissão, que se inserem na sociedade. Em se tratando de sexo em meio às mulheres, a história nos aponta que por mais de um século foi sendo estudada por muitos teóricos e áreas de conhecimentos, configurando-se como um empreendimento em expansão, ampliando-se para além das pregações advindas de tradições culturais e religiosas (CORBETT, 2014).

Entrelaçada no tempo, a sexualidade feminina passou a ser exercida socialmente como dispositivo de continuidade da espécie humana. Entretanto, a mulher foi imbuída de uma força interior que a natureza humana impôs que exigiu uma satisfação no relacionamento sexual longe da procriação (ABDO, 2006).

Lukavy (2011) realizou uma pesquisa em que os resultados revelam como a liberdade sexual das mulheres veio sendo modificada no decorrer da história. Antigamente, muitas mulheres tinham receio em exercer sua sexualidade de maneira liberal, haja vista que necessitavam de vínculos considerados mais seguros, bem como buscavam relacionamentos ou casamento mais sérios. Hoje em dia, no entanto, embora apresente a possibilidade de exercer uma sexualidade de forma mais liberal, elas ainda se sentem receosas diante da sociedade, que ainda nos tempos atuais veem a virgindade como se fosse um troféu para os homens.

Salienta que o estudo da sexologia revela que as mulheres se desvincularam do que seria o padrão ideal, para o meio social da felicidade feminina, em que estas somente podem ser felizes com o chamado “kit marido” que lhes oferece o suporte financeiro e ajuda a cuidar dos filhos, comportando-se como dona do lar. Tornou-se mais comum falar socialmente de sexo ou sexualidade em meio social, justificando sua melhor recepção. Com essas conquistas, as mulheres passaram a favorecer o prazer e desejo sexual dos homens e, por muitas vezes, veio desvinculando o sexo do casamento (LUKAVY, 2011).

De acordo com Camacho et al. (2010, p 33), quando se reporta a atitudes que envolvem sexualidade na vida das pessoas e o ambiente social, os termos/significações de sexo e sexualidade acabam se inter-relacionando, sendo quase impossível distinguir os seus conceitos, visto que se apresentam conjugados e sobrepostos de maneira muito forte nos relacionamentos humanos. Nesta discussão, em se tratando da atitude feminina frente à sexualidade, verifica-se uma extensa configuração de interpretação manifestada pelos contextos sócios históricos. Tais atitudes são validadas nas relações estabelecidas entre homens e mulheres, em suas relações amorosas.

A psicologia social diferentemente do senso comum faz com que os indivíduos tomem atitudes que os coloquem no lócus do desenvolvimento de suas crenças, valores e opinião frente aos comportamentos reflexos dos sujeitos na sociedade (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008).

A evolução sócio histórica na plena igualdade dos direitos dos sujeitos sempre foi um objetivo de contorno central das mulheres e de todos os movimentos feministas que ocorreram ao longo do tempo. As ações ocorridas por meio desses movimentos fizeram emergir inúmeras posturas femininas, as quais são coexistentes e complexas que foram alaistradas na sociedade (NOGUEIRA, 2011).

3. Sexualidade Feminina: Representações psicossociais

De acordo com os pensamentos de Rangé (2001) o exercício da sexualidade constitui algo complexo e que envolve a prática dos órgãos genitais, bem como experiências de aproximação entre os indivíduos, transmissão de sensações, dentre outros aspectos. Ainda implica em diversos hábitos adquiridos, atitudes e, especialmente, significados que são aprendidos em um contexto social, os quais relacionam-se ao histórico de vida de cada pessoa e sua maneira de internalizar as normas sociais.

O autor argumenta que as causas psicológicas que figuram com maior frequência estão distribuídas em três fatores. O primeiro refere-se aos fatores predisposicionais, nos quais estão inclusas as relações familiares conflitantes, uma educação que restringe o indivíduo de conhecer as questões de sexualidade, baseada principalmente em princípios religiosos, e ainda relações sexuais traumáticas. As causas precipitadas envolvem infidelidade entre os casais, conflitos conjugais, disfunção sexual do parceiro, além de depressão e ansiedade, podendo estes dois últimos facilitar o desenvolvimento de disfunção da mulher. Por fim, os fatores mantenedores correspondem a ansiedade em corresponder às expectativas do seu parceiro na relação sexual, bem como suas exigências, perda de interesse, a qual faz com que a disfunção se agrave ou persista, e ainda a falta de comunicação.

Entretanto, a cultura e a sociedade exercem uma importante influência, no sentido de modelar a atividade sexual, podendo interferir de maneira positiva ou negativa no desempenho sexual das pessoas, especialmente as mulheres, por meio da repressão e das informações equivocadas que se instalaram ao longo dos séculos (MOSCOVICI, 2003).

No entanto, temos a cultura e a sociedade que exercem um papel profundamente modelador da atividade sexual. Elas podem interferir negativa ou positivamente no desempenho erótico das pessoas, principalmente na mulher, através da repressão disseminada durante séculos e as informações dúbias que vigoram na sociedade.

Heilborn (2006) destaca a importante abordagem sociológica da sexualidade, demonstrando que os mecanismos sexuais não se baseiam somente em uma psicologia individual, mas também parte de regras coletivas que são internalizadas na sociedade.

Em se tratando de grupo social, pelo menos três instituições têm raízes de forte influência de seus ensinamentos sexuais, tais quais: a família, a igreja e a escola.

A família corresponde ao primeiro agente da relação socializadora sexual. Esta atua em um período fundamental do desenvolvimento humano, a qual pode evitar os danos da repressão social quando se fala em sexualidade. Por outro lado, tende a não aceitar a sexualidade de seus descendentes e, desta maneira, nega e reprime por não saber lidar com ela. Sendo assim, acaba educando seus descendentes para a repressão da sexualidade, e não para o exercício desta de maneira saudável (GEGOZI, 2011).

Já a igreja, por sua vez, representa um sistema ancorado em crenças que orienta o comportamento e a vida das pessoas conforme as linhas de seus preceitos morais. Apesar das diversas alterações que ocorreu ao longo dos séculos, a igreja ainda mantém a ideia de sexo para a exclusividade da concepção, rejeitando os métodos contraceptivos e protetores da saúde, e percebe o prazer sexual como um dispositivo de pecado e imoral (GEGOZI, 2011).

Em relação às escolas, embora já realizem algumas discussões que décadas atrás eram impensadas para este ambiente, como os métodos contraceptivos, por exemplo, ainda trazem como referência principal informações apenas baseadas na visão biológicas do indivíduo. Deste modo, a repressão é a linha mestre da educação sexual, em que a aprendizagem volta-se às técnicas biológicas, como evolução e fecundação. Assim, deixa-se de lado o mistério do prazer (GEGOZI, 2011).

Se por um lado, a repressão sexual persiste, por outro, com o advento da revolução sexual, o prazer passa a ser uma exigência da mulher, ancorada em traços inovadores para a função sexual. Apesar disto, a mulher ainda sofre com a falta de informações sobre o próprio corpo e, como consequência há uma diversidade de tabus e mitos sexuais em que ela vê na obrigação de um bom desempenho um preditor de ansiedade, que por sua vez é um fator inibidor (LOURO, 2004).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Local

A pesquisa foi realizada em uma Instituição de Ensino Superior, na cidade de Londrina – Pr., no ambiente físico (Clínica/Escola de Psicologia), na sala de atendimento grupal, em encontros semanais noturno, durante o período de 6 (seis) meses, no ano de 2015.

3.2 Vivências em Campo

A pesquisa aconteceu com sete mulheres, com idade que varia entre 18 e 27 anos. Em relação ao status de relacionamento, apresentam-se bastante diversificado. Assim, quatro mulheres estavam namorando no momento das vivências, duas solteiras e uma solteira. De modo que suas identidades fossem mantidas em sigilo, atribuiu-se nomes de flores as mesmas.

As experiências aconteceram em cinco encontros. Deste modo, o primeiro foi marcado pela triagem, a apresentação do tema proposto, com a realização de uma dinâmica. Ao final desta, a mesma foi apresentada e discutida com o grupo.

Os dois encontros seguintes foram contornados pela discussão do tema proposto, que é relacionado à sexualidade feminina e seus desdobramentos na vida da mulher. No quarto encontro ocorreu uma dinâmica relacionada à temática estudada, finalizando com um resumo de tudo o que dito durante o encontro, compartilhado pelas participantes do grupo. Ainda foram distribuídos folhetos informativos para as mesmas.

O último encontro foi marcado pelo encerramento das atividades, no qual ocorreu a confraternização com um *coffee break*.

3.2 Processo Metodológico

Para que este estudo foi possível de ser realizado, seguiu-se orientações baseadas na literatura para a condução do mesmo, em relação à sua metodologia, descrita a seguir.

Para a realização deste, utilizou-se a abordagem qualitativa, uma vez que, para alcançar os objetivos propostos, não foram necessários instrumentos estatísticos (GIL, 2011). De acordo com as abordagens de Minayo (2010), a pesquisa qualitativa tem a finalidade de responder à questões muito estreitas, com um universo de significados, valores e atitudes para trabalhar de maneira profunda as relações e processos que não podem ser quantificados.

O grupo focal foi essencial para que o estudo se concretizasse. Segundo Borges e Santos (2005). É uma dentre as várias modalidades disponíveis de entrevista grupal e/ou grupo de discussão. Os participantes dialogam sobre um tema particular, ao receberem estímulos apropriados para o debate (RESSEL et. al., 2008).

Configura-se como um procedimento de coleta de dados. É um instrumento no qual o pesquisador tem a possibilidade de ouvir vários sujeitos ao mesmo tempo, além de observar as interações características do processo grupal. Tem como objetivo obter uma variedade de informações, sentimentos, experiências, representantes de pequenos grupos acerca de um determinado tema (KIND, 2004).

3.4 Resultados das vivências

As mulheres que participaram do grupo focal apresentam uma forte ligação às instituições familiares e religiosas quando se fala em sexualidade. Isso porque, em determinado momento, duas delas remetem-se aos aspectos religiosos na hora de se manifestar. Sendo assim, a participante Tulipa afirma que se conhecesse a Bíblia há mais tempo não teria feito diversas coisas das quais, hoje, se arrepende. Rosa argumenta que cada relação sexual com parceiros diferentes é condenada pela Bíblia.

Gegozi (2011) comenta sobre a força da igreja quando se fala em sexualidade feminina. Para a autora, a igreja apresenta um sistema de crenças que orienta o comportamento e a vida das pessoas de acordo com as linhas de seus preceitos morais. Esta, apesar das reformas por que sofreu, ainda mantém a ideia de sexo para a exclusividade da concepção e rejeita os métodos contraceptivos e protetores da saúde, vendo o prazer sexual como algo pecaminoso, imoral.

De uma maneira mais indireta, percebe-se que o discurso da igreja permeia a fala de Margarida. A participante afirma ser virgem e que é desta maneira que vai casar, seguindo os passos de sua mãe, que se casou virgem também. Já Violeta percebe que a diversidade de parceiros pode prejudicar a mulher quando esta desejar ter um parceiro fixo.

Magnólia diz que a sociedade não exerce influência sobre sua vida sexual. Porém, não sabe dizer se futuramente isso pode acontecer, justificando que os seres humanos não constituídos de emoções e, portanto, mutáveis.

Por outro lado, Crisântemo defende uma ideia diversa a de Magnólia. Defende que, caso a mulher tenha sua independência financeira, a mesma é livre para expressar seus sentimentos e sua sexualidade, sendo, neste caso, atemporal.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estágio correspondeu às minhas expectativas no que

concerne à diversidade de procedimentos que este campo ofereceu, relacionadas à temática abordada sobre a sexualidade feminina das mulheres que tivemos contato, considerando, inclusive, aspectos psicológicos envolvidos neste processo. Deste modo, foi possível pôr em prática os conteúdos teóricos que são ensinados na academia.

Durante o período de estágio, a simbiose entre teoria e prática de desenvolveu de tão modo que algumas inconsistências próprias que envolvem a temática estudada foram dissolvidas.

Em campo, o contato com as mulheres da instituição permitiu a troca de conhecimento, este compreendido como algo dinâmico em infinito. Sendo assim, verificou-se que o estágio é uma ferramenta do processo de aprendizagem muito importante para o profissional que deseja se preparar para os desafios que estarão presentes em sua carreira.

Os instrumentos utilizados como forma de fundamentar o estágio, bem como questões concernentes à dessas mulheres foram de grande importância. Com a aplicação do questionário, por exemplo, foi possível verificar que a sexualidade é algo que tem implicações sobre a vida das mesmas e ainda apresenta uma forte ligação religiosa e social.

Entende-se que esta questão, de maneira geral, configura-se como um momento crítico, sobretudo, se levarmos em consideração à abertura feminina para falar de sexualidade, que é algo recente.

Desta maneira, é de fundamental importância que sejam abertos grupos de discussão para refletir sobre os diversos aspectos biopsicossociais que envolvem a sexualidade. Portanto, o contexto cultural de cada mulher e o respeito às suas opiniões devem ser levados em consideração.

REFERÊNCIAS

- BORGES, C. D.; SANTOS, M.A. Aplicações metodológicas da prática de grupo focal: fundamentos metodológicos, potencialidades e limites. **Rev. SPAGESP**, v.6, n.1, 2005.
- Brasil. Presidência da República. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**, 2004. p. 104.
- BRAZÃO, A.; OLIVEIRA, G. C. **Violência contra as mulheres – Uma história contada em décadas de lutas**. Brasília: CFEMEA: MDG3 Fund, 2010.128p. – (Coleção 20 anos de cidadania e feminismo).
- CAMACHO, R. S., CANTINELLI, F. S., RIBEIRO, C. S., CANTILINO, A. Y., GONSALES, B. K., BRAGUITTONI, & E., RENNÓ, J., Jr. (2006). Transtornos psiquiátricos na gestação e no puerpério: Classificação, diagnóstico e tratamento. **Revista de Psiquiatria Clínica**, 33(2), 92-102.
- DESSEN, M.; BRAZ, M. Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 16, 221-231, 2000.
- DIAS, M. B. **Liberção masculina**. 2010. Disponível em: <www.mariaberenice.com.br> Acesso dia 01 de Jun. 2015.
- FARAH, M. F. S. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. **Revista de Administração Pública**. v. 35, n. 1, p. 119-144, 2001.
- GEGOZI, A. L. Sexualidade feminina: aspectos culturais da repressão sexual e suas consequências. **RedePsi**, v.12, n.4, 2011.
- GIL, A. C. **Metodologia do Ensino Superior**. 4ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- HEIBORN, M. L. Entre as tramas da sexualidade brasileira. **Revista Estudos feministas**, Florianópolis, 14(1): 336, janeiro-abril/2006.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2011). **Censo demográfico, 2010**.
- KIND, L. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. **Psicologia em revista**, Belo Horizonte, v.10, n.15, p.124-36, 2004.
- KLEBA, L, T; APARECIDA, P. E. A intervenção do Serviço Social junto à questão da violência contra a mulher. **Revista Katálysis**, vol. 8, núm. 2, julho-diciembre, 2005, pp. 199-210. Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.
- LOURO, G. L. **Um corpo estranho – Ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- OLIVEIRA, R. C. Adolescência, gravidez e maternidade: A percepção de si e a relação com o trabalho. **Saúde e Sociedade**, 2008. 17(4), 93-102.
- PEREIRA, A. C. **5 anos da Lei Maria da Penha: Comemoramos nossas conquistas exigindo direitos para todas nós**. 2011. Disponível em: <www.cfemea.org.br>. Acesso em: 29 de Maio 2015.
- RESSEL, L. B.; BECK, C. L. C.; GUALDA, D. M. R.; HOFFMANN, I.C.; SILVA, R.M.; SEHNEM, G. D. O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. **Texto Contexto Enferm**, v.17, n.4, p. 779-86, 2008.
- SAFFIOTI, H.I.B. **Rearticulando gênero e classe social**. In: COSTA, A. de O., BRUSCHINI, C. (orgs.) Uma questão de gênero. Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos, 1992.